TÍTULO: CRISE HUMANITÁRIA E POLÍTICA NA VENEZUELA: ANÁLISE JURÍDICA E DESAFIOS INTERNACIONAIS

Autor(res)

Administrador Kroton

Categoria do Trabalho

Trabalho Acadêmico

Instituição

CENTRO UNIVERSITÁRIO ANHANGUERA

Introdução

A Venezuela enfrenta, há anos, uma severa e prolongada crise humanitária e política, marcada por um colapso institucional profundo, escassez significativa de alimentos e bens essenciais, inflação descontrolada e repressão estatal sistemática. Grupos sociais vulneráveis — como crianças, mulheres e idosos — são os mais afetados pelas consequências desse cenário. A disputa entre o governo de Nicolás Maduro e a oposição envolve questões complexas de legitimidade e forte participação da comunidade internacional. Este trabalho analisa essa conjuntura sob a perspectiva do Direito Internacional, dos direitos humanos e da proteção dos refugiados.

Objetivo

Investigar os aspectos jurídicos da crise venezuelana: legitimidade de governo, soberania versus intervenção humanitária, proteção de refugiados, responsabilização por violações de direitos humanos, e o papel de organismos internacionais.

Material e Métodos

Tratase de estudo qualitativo e documentário. Foram analisados relatórios oficiais da ONU, ACNUHCR, organizações nãogovernamentais (Amnesty International, Human Rights Watch), textos jurídicos como a Convenção de 1951 de Refugiados, a Declaração de Cartagena (1984), e o Estatuto de Roma. Também se considerou jurisprudência internacional e documentos institucionais brasileiros, especialmente decisões do CONARE. A metodologia inclui revisão bibliográfica, análise normativa e estudo de casos verificados nos relatórios internacionais sobre detenções arbitrárias, repressão política e êxodo migratório. Os dados mais recentes utilizados são até meados de 2025.

Resultados e Discussão

Constata-se que as violações de direitos humanos na Venezuela são sistemáticas, incluindo prisões arbitrárias, tortura, desaparecimentos forçados e repressão de protestos. Grupos armados pró-governo aumentam a impunidade. Mais de 7,9 milhões de refugiados venezuelanos enfrentam insegurança e falta de acesso regularizado. No Brasil, o CONARE reconheceu violação grave de direitos humanos, aplicando a Declaração de Cartagena para concessão de refúgio.

Conclusão

Constata-se que as violações de direitos humanos na Venezuela são sistemáticas, incluindo prisões arbitrárias, tortura, desaparecimentos forçados e repressão de protestos. Grupos armados pró-governo agravam a impunidade. Mais de 7,9 milhões de refugiados enfrentam insegurança e falta de acesso regularizado. No Brasil, o CONARE reconheceu violações graves, aplicando a Declaração de Cartagena para a concessão de refúgio.

Referências

Disponível em: https://www.ungeneva.org/en/news-media/news/2024/10/99250/human-rights-violations-escalate-venezuela-following-disputed ([Unicef Genève][1])

Amnesty International. Human rights in Venezuela — report. Disponível em: https://www.amnesty.org/en/location/americas/south-america/venezuela/report-venezuela/ ([Amnesty International][4])

International Commission of Jurists (ICJ). Venezuela: Systematic failure by the Prosecution Office to tackle gross human rights violations brings about near totalimpunity.